

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

3º QUADRIMESTRE DE 2018

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 28/02/2019.

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao Terceiro Quadrimestre de 2018, demonstrado em Audiência Pública realizada no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios resumidos da execução orçamentária do quinto e do sexto bimestre de 2018, e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.

Cumprir informar que, em razão da população do Município ser inferior a 50.000 habitantes, de acordo com o art. 63 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, optamos pela divulgação semestral dos demonstrativos de que trata o art. 53 e 54 da mesma lei. Assim, a presente avaliação fica circunscrita à análise do Balanço Orçamentário e do Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção publicados no quinto e no sexto bimestre de 2018.

1 - RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluídas as deduções para o FUNDEB e da Lei Complementar nº 91/97, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2018 no montante de R\$ 22.576.740,60. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de R\$ 21.822.403,72 tendo sido arrecadado, portanto, 96,66% da meta anual.

QUADRO 1 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual	Realiz. No Período	% Real. Ano
1 – Receitas Correntes	18.733.522,60	19.241.163,42	102,71
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	716.125,00	734.511,70	102,57
Receita de Contribuições	583.300,00	568.247,08	97,42
Receita Patrimonial	1.223.910,00	938.419,83	76,67
Receita de Serviços	209.400,00	311.138,43	148,59
Transferências Correntes	15.873.202,60	16.568.958,60	104,38
Outras Rec. Correntes	127.585,00	119.887,78	93,97
2- Receitas Correntes Intra-orçamentárias	1.132.600,00	1.103.836,73	97,46
Contribuições Intra-orçamentárias	1.132.600,00	1.103.836,73	97,46
2 – Receitas de Capital	2.710.618,00	1.477.403,57	54,50
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	440.050,00	0,00
Amort. de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transfer. de Capital	2.634.758,00	997.688,27	37,87
Outras Rec. De Capital	75.860,00	39.665,30	52,29
Total da Receita	22.576.740,60	21.822.403,72	96,66

Fonte: Setor de Contabilidade

1.1 Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes realizadas no período considerado (Janeiro a Dezembro), foi de R\$ 19.241.163,42. Nesse grupo, as receitas mais significativas são a Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria e as Transferências Correntes, que figuraram, respectivamente, com 3,36 e 75,93% do total da receita orçamentária realizada.

1.1.1 Receita Tributária

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria atingiu até o final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 734.511,70 que representa uma realização de 102,57% do valor estimado para o ano.

Conforme demonstrado no **Quadro 2** O I P T U arrecadou 100,99% da meta anual, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 113.600,00, tendo sido arrecadados R\$ 114.724,18. A arrecadação dessa receita tem relação direta com o valor venal dos imóveis.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - para o qual havia uma projeção de R\$ 60.000,00 para o ano, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 112.447,48, 187,41% do valor previsto para 2018. Essa receita, além de relação direta com

os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas.

Em relação ao ISSQN, a arrecadação no período foi de R\$ 204.012,78 o que representa 75,05% da previsão.

As taxas apresentaram o ingresso de R\$ 161.977,33 contra uma projeção de R\$ 148.200,00. Arrecadou-se, portanto, 109,30% da meta anual.

QUADRO 2 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
Impostos	566.925,00	572.534,37	100,99
I P T U	113.600,00	114.724,18	100,99
I R R F	121.475,00	141.349,93	116,36
I T B I	60.000,00	112.447,48	187,41
I S S Q N	271.850,00	204.012,78	75,05
Taxas	148.200,00	161.977,33	109,30
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	33.700,00	31.665,73	93,96
Taxas p/ Prestação de Serviços	114.500,00	130.311,60	113,81
Contribuição de Melhoria	1.000,00	0,00	0,00
Total das Receitas Tributárias	716.125,00	734.511,70	103,87

1.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam até o mês de Dezembro, o valor R\$ 568.247,08, correspondendo a 97,42% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da Contribuição do Servidor Ativo Civil para o RPPS e registraram uma arrecadação de R\$ 473.023,41, correspondendo a 94,93% da projeção inicial.

A única receita deste grupo provém de Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio (Contribuição de Servidor Ativo Civil).

QUADRO 3 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Contribuições Sociais	498.300,00	473.023,41	94,93
Contribuições Previdenciárias	498.300,00	473.023,41	94,93
Outras Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00

Contribuições Econômicas	85.000,00	95.223,67	112,03
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	85.000,00	95.223,67	112,03
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Contribuições	583.300,00	568.247,08	97,42

Fonte: Setor de Contabilidade

1.1.3 Transferências Correntes

Conforme se visualiza no **Quadro 4**, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que realizou R\$ 6.581.182,67 no período, correspondendo a 105,09% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, a qual estimou uma variação **positiva** referentes às transferências aos Estados e Municípios.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 97,95% do valor previsto. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no ICMS, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R\$ 3.826.594,68, ou seja 106,02% da expectativa inicial, que era de R\$ 3.609.221,60.

As Outras Transferências Correntes registraram o montante de R\$ 6.139.884,37, representando 102,67% do total previsto. Este comportamento é verificado, principalmente, na rubrica das transferências de recursos do FUNDEB, para um valor anual projetado de R\$ 3.375.000,00 ocorreu um realizado de R\$ 3.291.861,29.

QUADRO 4 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
Transferências da União	7.706.831,80	8.408.777,19	109,11
Cota parte do F P M	6.262.229,40	6.581.182,67	105,09
Cota parte do I T R	36.800,00	38.641,41	105,00
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	21.742,40	21.296,88	97,95
Cota-Parte CFEM	17.000,00	11.530,76	67,83
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	80.000,00	123.309,59	154,14
Transferências de Recursos do SUS	644.388,00	934.481,27	129,50

Transferências do F N A S	178.202,00	146.968,96	82,47
Transferências do F N D E	445.576,00	487.565,65	109,42
Outras Transferências da União	20.894,00	63.800,00	305,35
Transferências do Estado	4.791.370,80	4.867.420,12	101,59
Cota Parte do I C M S	3.609.221,60	3.826.594,68	106,02
Cota Parte do I P V A	248.000,00	291.188,50	117,41
Cota Parte do IPI / Exportação	50.643,20	55.941,25	110,45
Cota parte da C I D E	21.227,00	15.671,65	73,83
Outras Participações na Receita do Estado		80,00	0,00
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	463.582,00	338.478,16	73,01
Transf. Fundo Est. Ass. Social(FEAS)	8.706,00	8.706,05	100,00
Transf. Convênio Transporte Escolar	192.400,00	196.297,37	102,02
Outras Transf. Convênios	140.759,00	101.169,00	71,87
Outras Transferências do Estado	56.832,00	33.293,46	58,58

Fonte: Setor de Contabilidade

1.1.4 - Transferências do F U N D E B

QUADRO 5 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	3.375.000,00	3.289.861,29	97,48
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.392.877,40	2.541.086,75	106,19
Ganho / Perda com o FUNDEB	982.122,60	748.774,54	76,24

Fonte: Setor de Contabilidade

1.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 54,50% do projetado. A maior previsão e, também, maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital, que demonstraram um ingresso de 37,87% diante do projetado, correspondendo a R\$ 997.688,27.

QUADRO 6 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Receitas de Capital	2.710.618,00	1.477.403,57	54,50
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	440.050,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00

Transferências de Capital	2.634.758,00	997.688,27	37,87
Outras Receitas de Capital	75.860,00	39.665,30	52,29

Fonte: Setor de Contabilidade

2. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Empenhada, nela incluída a transferência da cota patronal para o R P P S, no período de janeiro à dezembro de 2018, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de R\$ 20.329.220,49 / 21.822.403,72, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 1.493.183,23.

As Despesas Empenhadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até Dezembro de 2018 totalizaram R\$ 20.329.220,49, valor equivalente a 80,33% da previsão para o ano. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 17.407.478,52, correspondendo a 94,00% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 1.812.085,34 representando 41,55% da projeção.

QUADRO 7 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	22.576.740,60	21.822.403,72	96,66

Despesa Liquidada	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Despesas Correntes	18.518.755,24	17.407.478,52	94,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.074.087,23	9.714.360,19	96,43
Juros e Encargos da Dívida	66.646,92	66.645,95	100,00
Outras Despesas Correntes	8.378.021,09	7.626.472,38	91,03
Despesas de Capital	4.361.633,98	1.812.085,34	41,55
Investimentos	4.309.583,98	1.760.050,22	40,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	52.050,00	52.035,12	99,97
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência e Reserva RPPS	1.278.900,00	0,00	0,00
Transferências ao R P P S	1.145.660,50	1.109.656,63	96,86
(2) Despesa Total	25.304.949,72	20.329.220,49	80,33
Resultado Orçamentário (1-2)		1.493.183,23	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		93,15	

2.1 – Juros e Amortização da Dívida

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 66.645,95 e a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 52.035,12, representaram um desembolso correspondente a 100,00% do total programado.

2.2 – Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 4.309.583,98, apresentando uma execução de R\$ 1.760.050,22. Essa situação decorre do desempenho negativo da receita no período, devido ao não repasse dos Convênios com a União que estavam previstos.

Observação: Conforme a Portaria STN nº 495/2017, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

3. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro a dezembro) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, **está abaixo** do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de 51,3% para o Executivo e de 5,7% para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 17.734.135,47 e está assim discriminada:

QUADRO 8 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Discriminação	Arrecadação dos últimos 12 meses
Receitas Correntes	21.792.156,78
(-) I R R F s/ Rendimentos do Trabalho	107.469,90
(-) Deduções das Receitas Correntes	2.550.993,36
(-) Contribuição dos Servidores para o R P P S	473.023,41
(-) Compensação Previdenciária recebida pelo R P P S	36.997,08
(-) Rendimentos de Aplicações do R P P S	889.537,56
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	17.734.135,47

QUADRO 9 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	8.051.101,69	45,40	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	511.793,38	2,89	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	8.562.895,07	48,28	57%	60%

5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 3.502.791,90, o que corresponde a 25,15% da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município **atendeu** o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no **Quadro 5**, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi **superávitário** em relação ao F U N D E B. Assim, o **ganho** deverá ser **deduzido** nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, que uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 2.323.677,83 o que corresponde a 70,46% dos recursos do referido fundo **atendendo** o dispositivo legal supracitado.

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram o montante de R\$ 2.573.964,84, o que corresponde a 18,48% sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o **cumprimento** do mínimo de 15% estabelecido na Lei Complementar nº 141/2012.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário **foi** superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se **abaixo** dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o **atingimento** das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Jerri Luiz Soares Gomes

Secretário de Finanças